

# Maílson nega estudo para congelar preço

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, reafirmou ontem que o governo não está planejando um novo congelamento de preços. "Não há qualquer ambiente ou condições" para um novo choque sobre a economia e "é impossível promover qualquer congelamento com o déficit público pendendo para 6%", disse.

Maílson da Nóbrega enfatizou que o governo está empenhado em reduzir o déficit público e deixou claro que o controle dos gastos com salários do funcionalismo e das empresas estatais é "fundamental". Os Ministérios da Fazenda e Planejamento, informou, estão estudando novas medidas de contenção sobre a folha salarial do governo, mas sem querer antecipar quais, e em que prazo estes estudos terminarão.

"A divulgação antecipada e inadequada dos estudos feitos até agora gerou uma expectativa muito grande. Se divulgássemos os novos estudos gerariamos mais expectativas", justificou-se.

O ministro disse que "não

imaginava que a sua proposta inicial de controle dos salários do setor público (congelamento da URP por três meses) seria a definitiva, porque o assunto é delicado e grave".

Quando perguntado se não haveria outras medidas para se tentar reduzir o déficit público, o ministro respondeu com outras duas perguntas: "Qual é a medida que você acha que poderia ser? Você aceitaria que aumentassem seu Imposto de Renda?"

Quanto à questão de tese do direito adquirido, que poderia levar a Justiça do Trabalho a ficar congestionada com ações de funcionários públicos contra o congelamento da URP, o ministro disse que "na opinião de juristas não há direito adquirido quando se trata de despesa pública".

Quando solicitado a indicar quais eram os juristas que deram este parecer, disse apenas que eram "juristas".

O ministro reafirmou que o governo, "em determinado ponto do tempo" correrá o risco de atrasar seus salários porque a receita tributária líquida será inferior às despesas da folha de pagamento.